

FDRP - USP

DFB2003 - Sociologia do Direito

Prof. Marcio Henrique Pereira

Tópico 12 – p.193-199 e Tópico 13 – p.200-215

(Data Provável: 22/04/09)

4

Marialice Mencarini Foracchi • José de Souza Martins

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

(Leituras de introdução à Sociologia)



DE LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA S.A.

11ª TIRAGEM

MARIALICE MENCARINI FORACCHI E JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Proibida a reprodução, mesmo parcial,
e por qualquer processo, sem autorização
expressa do autor e do editor.

Coordenador editorial da área:
Gabriel Cohn

1ª edição: 1977
Reimpressões: 1978 (duas), 1980 (três),
1981, 1983, 1984, 1985
e 1986

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Sociologia e sociedade: leituras de introdução à
5662 sociologia (compilação de textos por) Marialice Mencarini
Foracchi (e) José de Souza Martins.
Rio de Janeiro, LTC — Livros Técnicos e Científicos Edi-
tora S.A., 1977.

I. Sociologia I. Foracchi, Marialice Mencarini, 1929-1972.
II. Martins, José de Souza, 1938 —

77-0437

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociedade: Sociologia 301
2. Sociologia 301

Direitos reservados por:

LTCE LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA S.A.

MATRIZ	FILIAL
Rua Vieira Bueno, 21 20.920 — Rio de Janeiro — RJ Brasil — End. Telefônico: LITECE Tels.: 580-6055 Vendas: 580-9374	Rua Vitória, 486 — 2º andar 01.210 — São Paulo — SP Tel.: (011) 223-6823 Caixa Postal 4.817

O que é uma instituição?**Peter L. Berger e Brigitte Berger*

Já definimos a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade. Provavelmente tal definição não terá despertado qualquer oposição no leitor visto que, embora difira da acepção comum do termo, não entra em choque direto com o mesmo. No sentido usual, o termo designa uma organização que abranja pessoas, como por exemplo *um* hospital, *uma* prisão ou, no ponto que aqui nos interessa, *uma* universidade. De outro lado, também é ligado às grandes entidades sociais que o povo enxerga quase como um ente metafísico a pairar sobre a vida do indivíduo, como "o Estado", "a economia", ou "o sistema educacional". Se pedíssemos ao leitor que indicasse uma instituição, ele provavelmente recorreria a um desses exemplos. E não estaria errado. Acontece, porém, que a acepção comum do termo parte duma visão unilateral. Em termos mais precisos, estabelece ligação por demais estreita entre o termo e as instituições sociais reconhecidas e reguladas por lei. Talvez isso constitua um exemplo da influência que os advogados exercem em nossa maneira de pensar. Seja como for, no contexto deste trabalho torna-se importante demonstrar que, sob a perspectiva sociológica, o significado do termo *não* é exatamente este. É por isso que desejamos ocupar um momento da atenção do leitor para, num capítulo pouco extenso, demonstrar que a linguagem é uma instituição.

Diremos mesmo que muito provavelmente a linguagem é *a* instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma instituição fundamental, porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacentes da linguagem. Sejam quais forem as outras características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem dum arcabouço lingüístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem dum universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes.

Por outro lado, a linguagem é a primeira instituição com que se defronta o indivíduo. Esta afirmativa pode parecer surpreendente. Se perguntássemos ao leitor qual é a primeira instituição com que a criança entra em contacto, será provavelmente a família que lhe virá à mente. E de certa forma não deixa de ter razão. Para a grande maioria das crianças a socialização primária tem lugar no âmbito duma

(*) Peter L. Berger e Brigitte Berger, *Sociology — A Biographical Approach*, 2.ª ed., Basic Books, Inc., Nova Iorque, 1975, pp. 73-81. Tradução de Richard Paul Neto. Reproduzido com autorização de Basic Books, Inc.

família específica, que por sua vez representa uma faceta peculiar da instituição mais ampla do parentesco na sociedade a que pertence. Não há dúvida de que a família é uma instituição muito importante. (...) *Acontece, porém, que a criança não toma conhecimento desse fato. Ela de fato experimenta seus pais, irmãos, irmãs e outros parentes que possam estar por perto naquela fase da vida. Só mais tarde percebe que esses indivíduos em particular, e os atos que praticam, constituem uma das facetas duma realidade social muito mais ampla, designada como "a família". É de supor que essa percepção ocorra no momento em que a criança começa a comparar-se com outras crianças — o que dificilmente acontece na fase inicial da vida. Já a linguagem muito cedo envolve a criança nos seus aspectos macrosociais. No estágio inicial da existência, a linguagem aponta as realidades mais extensas, que se situam além do microcosmo das experiências imediatas do indivíduo. É por meio da linguagem que a criança começa a tomar conhecimento dum vasto mundo situado "lá fora", um mundo que lhe é transmitido pelos adultos que a cercam, mas vai muito além deles.*

A linguagem: a objetivação da realidade

Antes de mais nada, é o microcosmo da criança, evidentemente, que encontra sua estruturação através da linguagem. Esta realiza a *objetivação* da realidade — o fluxo incessante de experiências consolida-se, adquire estabilidade numa série de objetos distintos e identificáveis. Isso acontece com os objetos materiais. O mundo transforma-se num todo orgânico formado por árvores, mesas, telefones. Mas a organização não se restringe à atribuição de nomes; também abrange as relações significativas que se estabelecem entre os objetos. A mesa pode ser levada para baixo da árvore, se quisermos subir nesta, e pelo telefone podemos chamar o médico se alguém adoecer. A linguagem ainda estrutura o ambiente humano da criança, por meio da objetivação e por estabelecer relações significativas. Por intermédio dela a realidade passa a ser ocupada por seres distintos, que vão desde a mãe (que geralmente é uma espécie de deusa reinante, cujo trono está erigido no centro dum universo em expansão) até o menininho malvado que tem acessos de cólera no quarto contíguo. E é através da linguagem que se deixa claro que a mãe sabe tudo, e que menininhos malvados serão castigados; aliás, só através da linguagem tais proposições poderão continuar plausíveis, mesmo que a experiência forneça pouca ou nenhuma prova em abono das mesmas.

Há outro detalhe importante. É por meio da linguagem que os papéis desempenhados pelos diversos seres se estabilizam na experiência da criança. Já aludimos aos papéis sociais quando falamos no aprendizado da criança para assumir o papel do outro — que constitui um passo decisivo no processo de socialização. A criança aprende a reconhecer os papéis como padrões repetitivos na conduta de outras pessoas — trata-se da experiência que já resumimos na frase "lá vai ele de novo". (1) Essa percepção transforma-se numa feição permanente da mentalidade

(1) A definição de papel adotada nesta passagem é bastante corrente, tanto na Sociologia como nas outras Ciências Sociais. Compare-se, por exemplo, a seguinte definição, formulada por Ralph Turner: "Na maioria das acepções em que o termo é empregado, os seguintes elementos são incluídos na definição de papel: fornece um padrão compreensivo para a conduta e as atitudes; constitui uma estratégia para o confronto com situações repetitivas; é socialmente identificável, de forma mais ou menos clara, como uma entidade; pode ser desempenhado de forma perceptível por indivíduos dessemelhantes; e constitui uma das bases mais importantes para a identificação e a classificação dos indivíduos na sociedade." ("Role: Sociological Aspects", in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, Macmillan, Nova Iorque, 1968, vol. 13, p. 552.)

infantil e, portanto, da sua interação com outras pessoas, realizada por meio da linguagem. É a linguagem que especifica, numa forma capaz de *ser* repetida exatamente o que a outra pessoa vai fazer de novo — "Lá vai ele de novo com esse jeito de papai castigador"; "lá vai ele de novo com essa cara de quem espera visita", e assim por diante. Na verdade, é só por meio de fixações linguísticas como estas (através das quais a ação alheia adquire um significado definido que será atribuído a cada ação do mesmo tipo), que a criança pode aprender a assumir o papel do outro. Em outras palavras, a linguagem estabelece a ligação entre o "lá vai ele de novo" e o "cuidado, que lá vou eu".

A linguagem: a interpretação e justificação da realidade

O microcosmo da criança é estruturado em termos de papéis. Muitos desses papéis, porém, estendem-se ao campo mais amplo do macrocosmo ou, para usar os termos a imagem inversa, constituem incursões do macrocosmo na situação imediata da criança. *Os papéis representam instituições.* (2) No momento em que o pai assume aquele jeito de castigador, podemos presumir que essa ação será acompanhada de boa dose de verbosidade. Enquanto castiga, o pai fala. Fala sobre o quê? Parte de sua fala pode constituir apenas um meio de dar vazão à sua contrariedade ou raiva. Mas, na maioria das vezes, grande parte da conversa constitui um comentário ininterrupto sobre o ato incorreto e o castigo tão merecido. As palavras *interpretam e justificam* o castigo. E é inevitável que isso seja feito duma maneira que ultrapassa as reações imediatas do próprio pai. O castigo é enquadrado num amplo contexto ético-moral; em casos extremos, até mesmo a divindade pode ser invocada como autoridade penal. Deixando de lado a dimensão teológica do fenômeno (sobre a qual infelizmente a Sociologia nada tem a dizer), cabe ressaltar que as explanações sobre a moral e a ética ligam o pequeno drama que se desenrola naquele microcosmo a todo um sistema de instituições macroscópicas. Naquele momento, o pai que aplica o castigo é o representante desse sistema (mais precisamente, do sistema da moral e das boas maneiras como tais); quando a criança voltar a situar-se no mesmo, ou seja, no momento em que repetir o desempenho de um papel identificável, esse papel representará as instituições do sistema moral.

Dessa forma, a criança, ao defrontar-se com a linguagem, vê nela um mundo de realidade de abrangência universal. Quase todas as experiências que sente em termos reais estruturam-se sobre a base dessa realidade subjacente — são filtradas através dela, organizadas por ela, entram em expansão por meio dela ou, ao contrário, por ela são relegadas ao esquecimento — pois uma coisa sobre a qual não podemos falar deixa uma impressão muito tênue na memória. Isso acontece com toda e qualquer experiência, mas principalmente com as experiências ligadas ao próximo e ao mundo social.

Características fundamentais de uma instituição: a exterioridade

Quais são algumas das principais características de uma instituição? Tentaremos elucidá-las por meio do caso da linguagem. (3) Neste ponto queremos fo-

(2) Neste ponto estamos combinando o conceito de papel com o de representação, nos moldes preconizados por Durkheim.

(3) As características aqui indicadas atêm-se estritamente à descrição dos fatos sociais fornecidos por Durkheim.

mular uma sugestão. Sempre que o leitor se defrontar com alguma afirmativa sobre instituições, sobre o que são e como funcionam ou sobre como mudam, poderá seguir a norma prática de indagar em primeiro lugar qual a impressão que se colhe dessa afirmativa se a mesma for aplicada à linguagem. Evidentemente existem instituições totalmente diversas da linguagem — pense-se, por exemplo, no Estado. Todavia, se uma afirmativa formulada em termos bastante amplos, mesmo depois de adaptada convenientemente a outro caso institucional, for totalmente absurda quando aplicada à linguagem, teremos boas razões para supor que há algo de muito errado com a mesma.

As instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior; em outras palavras, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa maneira (duma maneira bastante “árdua”, diríamos) difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo. Por esta característica, uma instituição assemelha-se a outras entidades da realidade exterior — guarda certa semelhança até mesmo com objetos tais como árvores, mesas e telefones, que estão *lá fora*, quer o indivíduo queira, quer não. O indivíduo não seria capaz de eliminar uma árvore com um movimento da mão — e nem uma instituição. A linguagem é experimentada desta maneira. Na verdade, sempre que o indivíduo fala, está como que “pondo para fora” alguma coisa que estava “dentro” dele — e o que põe para fora não são apenas os sons de que é feita a linguagem, mas os pensamentos que a linguagem deve transmitir. Acontece que este “pôr para fora” (para exprimirmos o fenômeno de maneira mais elegante, poderíamos usar o termo “exteriorização”) realiza-se em termos que não resultam da idiossincrasia criadora de quem fala. Suponhamos que ele esteja falando *inglês*. A língua inglesa não foi criada nas profundezas de sua consciência individual. Existia lá fora muito antes do momento em que o indivíduo a usou. Ele a experimenta *como* alguma coisa que existe fora dele, e a mesma coisa acontece com a pessoa à qual se dirige; ambos experimentaram a língua inglesa como uma realidade exterior no momento em que começaram a aprendê-la.

Características fundamentais de uma instituição: a objetividade

As instituições são experimentadas como possuidoras de objetividade. Esta frase apenas repete, de forma um tanto diferente, a proposição anterior. Alguma coisa é objetivamente real quando todos (ou quase todos) admitem que de fato a mesma existe, e que existe dum maneira determinada. Este último aspecto é muito importante. Existe um *inglês correto* e um *inglês incorreto* — e isso permanece assim, *objetivamente* assim, mesmo se o indivíduo pensasse que as regras que disciplinam a matéria são o cúmulo da tolice, e que ele mesmo poderia encontrar uma forma muito melhor e mais racional de organizar a linguagem. É evidente que, via de regra, o indivíduo não se preocupa com esse fato; aceita a linguagem da mesma forma que aceita outros fatos objetivos por ele experimentados. A objetividade da linguagem inicial do indivíduo assume uma intensidade extraordinária. Jean Piaget, o psicólogo infantil suíço, relata que, em certa oportunidade, perguntaram a uma criancinha se o sol poderia ser chamado por outro nome que não fosse “sol”. “Não”, respondeu a criança. Perguntaram-lhe como sabia disso. Por um instante a questão deixou-a intrigada. Finalmente apontou para o sol e disse: — “Ora, basta olhar para ele”.

Características fundamentais de uma instituição: a coercitividade

As instituições são dotadas de força coercitiva. Em certa medida, esta qualidade está implícita nas duas que já enumeramos: o poder essencial que a instituição exerce sobre o indivíduo consiste justamente no fato de que a mesma tem existência objetiva e não pode ser afastada por ele. No entanto, se acontecer que este não note o fato, esqueça o mesmo — ou, o que é pior —, queira modificar estado de coisas existente, é nessas oportunidades que muito provavelmente a força coercitiva da instituição se apresenta de forma bastante rude. Numa família esclarecida da classe média, e numa idade em que todos concordam que tais deslizes são de esperar, a criança geralmente é submetida a uma persuasão suave quando ofende os padrões do inglês correto. Essa persuasão suave poderá continuar a ser aplicada numa escola progressista, mas raramente o será pelos colegas que a criança encontra na mesma. Estas provavelmente reagirão a qualquer infração ao seu código de inglês correto (que evidentemente não é o mesmo do professor), por meio dum zombaria brutal e possivelmente de represálias físicas. Se o adulto insiste nessa atitude de desafio, ficará sujeito a represálias partidas de todos os lados. O jovem de classe operária poderá perder a namorada se não quiser falar “bonito”, e por esse mesmo motivo poderá perder a promoção. O dicionário *Webster* e o manual *Modern English Usage*, de Fowler, montam guarda em cada degrau da escada de ascensão social. Mas, aí do jovem da classe média que *continue* a falar bonito no exército! E aí também do professor de meia-idade que pretenda captar as simpatias dos jovens, falando a “linguagem deles”; evidentemente, estará sempre ao menos dois anos atrás das convenções destes, sujeitas sempre a mudanças rápidas, e *seu* choque com o poder coercitivo da linguagem atinge as feições patéticas dum tragédia de Sófocles.

Reconhecer o poder das instituições *não* é o mesmo que afirmar que elas não podem mudar. Na verdade, elas mudam constantemente — e *precisam* mudar, pois não passam de resultados necessariamente difusos da ação de inúmeros indivíduos que “atiram” significados para o mundo. Se, de um dia para outro, todos os habitantes dos Estados Unidos deixassem de falar inglês, a língua inglesa deixaria de existir abruptamente como uma realidade institucional do país. Em outras palavras, a existência objetiva da linguagem depende da fala ininterrupta de muitos indivíduos que, ao se comunicarem, exprimem suas intenções, significações e motivos de ordem subjetiva. (4) É claro que essa objetividade, ao contrário da objetividade dos fatos da natureza, nunca pode assumir caráter estático. Muda constantemente, mantém-se num fluxo dinâmico e, às vezes, sofre convulsões violentas. Mas *para o indivíduo* não é fácil provocar mudanças deliberadas. Se depender exclusivamente dos seus esforços individuais, as possibilidades de êxito num empreendimento desse tipo serão mínimas. Imaginemos que o leitor se lance à tarefa de reformular a gramática ou de renovar o vocabulário. É possível que tenha algum êxito no microcosmo que o rodeia. É até provável que tenha conseguido algum êxito no tempo de criança: talvez sua família tenha adotado algumas das criações mais extravagantes de sua fala de bebê, incorporando-as à linguagem intragrupal da família. Como adulto, o indivíduo poderá alcançar pequenas vitórias como estas, quando fala à esposa ou ao círculo de seus amigos mais íntimos

(4) A distinção entre linguagem e fala procede de Ferdinand de Saussure, um lingüista fortemente influenciado por Durkheim.

Mas, se não for considerado um "grande escritor" ou um estadista, nem realizar esforços imensos para congregar as massas em torno de sua bandeira de revolução lingüística (neste ponto poderíamos evocar o reavivamento do hebraico clássico no sionismo moderno ou os esforços menos bem sucedidos de fazer a mesma coisa com o gaélico da Irlanda), o impacto alcançado sobre a linguagem de seu macrocosmo será provavelmente nulo no dia em que abandonar este vale de palavras.

Características fundamentais de uma instituição: a autoridade moral

As instituições têm uma autoridade moral. Não se mantêm apenas através da coercitividade. Invocam um direito à legitimidade; em outras palavras, reservam-se o direito de não só ferirem o indivíduo que as viola, mas ainda o de repreendê-lo no terreno da moral. É claro que o grau de autoridade moral atribuído às instituições varia de caso para caso. Geralmente essa variação se exprime através da gravidade do castigo infligido ao indivíduo desrespeitoso. O Estado, no caso extremo, poderá matá-lo, enquanto a comunidade dum área residencial talvez se limite a tratar friamente sua esposa, quando esta frequenta o clube. Num caso como noutro, o castigo é acompanhado dum sentimento de honradez ofendida. Raramente a autoridade moral da linguagem encontra expressão na violência física (muito embora, por exemplo, existam situações no Israel moderno onde a pessoa que não fala o hebraico pode ficar sujeita a certo desconforto físico). Geralmente exprime-se num estímulo bastante eficiente, representado pela sensação de vergonha e, por vezes, de culpa, que se apossa do infrator. A criança estrangeira que continuamente comete erros de linguagem, o pobre imigrante que carrega o fardo do sotaque, o soldado que não consegue superar o hábito arraigado da fala polida, o intelectual de vanguarda cujo falso jargão mostra que não está "por dentro", todos eles são indivíduos que experimentam um sofrimento muito mais intenso que o das represálias externas; quer queiramos, quer não, temos que reconhecer neles a dignidade do sofrimento moral.

Características fundamentais de uma instituição: a historicidade

As instituições têm a qualidade da historicidade. Não são apenas fatos, mas fatos históricos; têm uma história. Em praticamente todos os casos experimentados pelo indivíduo, a instituição existia antes que ele nascesse e continuará a existir depois de sua morte. As idéias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem irremediavelmente ao passado. A pessoa que fala o inglês contemporâneo dos Estados Unidos, por exemplo, reitera sem o saber as experiências verbalizadas de gerações mortas — os conquistadores normandos, os servos saxões, os escribas eclesiásticos, os juristas elizabetanos, além dos puritanos, dos homens da fronteira, dos gangsters de Chicago e dos músicos do jazz, que viveram em épocas mais recentes.

A linguagem (e, de fato, geralmente o mundo das instituições) pode ser concebida como um grande rio que flui através do tempo. Aqueles que por um momento viajam em suas águas, ou vivem às suas margens, continuamente atiram objetos nele. Na sua maioria, estes vão ao fundo ou se dissolvem imediatamente. Mas alguns deles se consolidam e são carregados por um período mais curto ou mais longo. Apenas uns poucos percorrem todo o trajeto, chegando à foz, onde este rio, tal qual todos os outros, se despeja no oceano do olvido, que é o fim de toda história empírica.

Para Karl Kraus, um escritor austríaco, a linguagem é a habitação do espírito humano. É ela que proporciona o contexto vitalício das experiências dos outros, de próprio indivíduo, do mundo. Mesmo ao imaginarmos mundos situados além deste, somos obrigados a formular nossos temores e esperanças em palavras. A linguagem é a instituição social que supera todas as outras. Representa o mais poderoso instrumento de controle da sociedade sobre todos nós.